

É VENENO OU É REMÉDIO? Os desafios da comunicação rural sobre agrotóxicos¹

*Frederico Peres
Brani Rozemberg*

INTRODUÇÃO

A existência de padrões diferenciados de comunicação dentro de uma mesma sociedade ou grupo organizado é um fator já conhecido. Esta diferença pode ser claramente percebida quando são comparados padrões de comunicação ‘rural’ e ‘urbano’.

De acordo com Bordenave (1988: 8), esta diferenciação se relaciona com o fato de:

A população rural concentrar suas atividades e seu comportamento ao redor de uma atividade toda especial, complexa e marcante que é a agricultura. As comunidades resultantes da ocupação agrícola e do habitat rural pensam, sentem e agem de maneira diferente da dos habitantes das cidades, comunicando-se também através de códigos e meios próprios.

A origem desta diferença repousa não somente no isolamento do homem do campo, resultante das distâncias normalmente existentes entre os sítios/lavouras e vilarejos e/ou núcleos, agravado pela dificuldade/precariedade dos meios de transporte disponíveis, mas também por características próprias do processo de produção rural, como a jornada exaustiva e o traba-

¹ Trabalho baseado na dissertação de mestrado apresentada à Escola Nacional de Saúde Pública - Ensp/Fiocruz – (Peres, 1999).

lho que demanda esforços físicos fatigantes, restringindo o tempo livre disponível para as atividades sociais e comunitárias. O analfabetismo socialmente determinado e o precário acesso às informações e à educação formal, nas comunidades em questão, também contribuem para uma diferenciação dos padrões de comunicação.

De acordo com Ugalde (1985), exemplos históricos atestam a utilização dos conhecimentos gerados pelas ciências humanas na construção de uma imagem deturpada dos habitantes rurais, que têm servido para a legitimação de práticas exploratórias na América Latina, fato este evidenciado também em outras regiões do planeta, sobretudo nos países em desenvolvimento.

Ao invés de contribuir para minimizar as dificuldades de compreensão no contexto da comunicação rural, estes estudos vêm, muitas vezes, aprofundar o distanciamento entre os ‘personagens’ rural e urbano, pois o trabalhador rural é freqüentemente estereotipado como ‘preguiçoso’, ‘individualista’, ‘desconfiado’, ‘apático’, ‘inapto a cooperar’ e ‘indisposto a aceitar riscos’. Impregnado por este universo simbólico, ainda predominante nos meios universitários, o profissional/técnico leva ao campo todas estas distorções de imagem, reforçadas por vícios etnocêntricos advindos de sua formação técnica. Estas distorções atendem a uma série de conveniências no campo, como a imposição de uma visão de mundo ‘profissional’, tecnicista, que desconsidera os saberes advindos da cultura popular, numa prática exploratória que estabelece a manutenção de uma postura social sectária, com relação ao homem do campo, que é tido, assim, como ‘culturalmente impedido’ de participar de um processo decisório-social, no qual é o principal ator, necessitando, então, de ser ‘cuidado’, ‘tratado’ e ‘assistido’ por aqueles que, ‘de direito’, possuem o conhecimento necessário para tal. Tal postura é particularmente evidenciada em regiões agrícolas que concentram seu processo de trabalho na agricultura familiar baseada em pequenas propriedades rurais, como a zona rural do município de Nova Friburgo, região onde se desenvolveu o presente estudo.

Araújo & Jordão (1995: 173) tomam como referencial de comunicação rural: “As políticas e práticas institucionais discursivas (de comunicação) direcionadas aos segmentos sociais que constituem o público – potencial ou efetivo – das organizações que buscam intervir na realidade do meio rural”. Bordenave (1988: 4) define a comunicação rural como sendo o “con-

junto de fluxos de informação, de diálogo e de influência recíproca existentes entre os componentes do setor rural e entre eles e os demais setores da nação afetados pelo funcionamento da agricultura, ou interessados no melhoramento da vida rural”. Tal definição, embora funcionalista, suscita as relações entre a sociedade rural (ou as sociedades camponesas) e aqueles interessados no que o autor chama de ‘melhoramento da vida rural’: órgãos governamentais, grupos religiosos, entidades privadas (organizações não-governamentais – ONGs), entre outros. Estas relações, evidentemente, não abarcam todo o universo do que é hoje a comunicação no campo (a TV e tudo o mais), se é que se pode falar nela ainda de forma particular.

Para alguns autores, é impossível pensar em um modo de vida exclusivamente ‘rural’ nos dias de hoje, dadas as especificidades e características do processo de produção capitalista, no qual o agricultor está incluso, bem como o processo de ‘espaciação’ das zonas agrícolas e urbanas (Santos, 1994). Neste trabalho, porém, serão privilegiadas as relações sociais como forma de construção de um recorte que privilegie alguns padrões de comunicação comuns a esta relação entre os saberes técnicos e ‘populares’.

Assim, o presente artigo focaliza a maneira como os produtos agrotóxicos foram e continuam a ser apresentados aos pequenos produtores rurais, bem como o discurso que legitima sua massiva utilização.

A região da microbacia do Córrego do São Lourenço é uma das principais regiões produtoras de olerícolas (legumes) do estado e do país. A intensa produtividade e o fato de na região preponderar os pequenos produtores rurais (sítios de 1 a 12 ha., representando 74% do total de propriedades na região) caracterizam um perfil de produção baseado na policultura, com mão-de-obra 100% familiar – características típicas de comunidades camponesas, fruto da origem européia dos núcleos familiares da região (Peres, 1999).

Devido a essa intensa produtividade, à rotação de policulturas e ao fato de o clima e a distribuição sazonal das culturas permitirem um cultivo anual, ininterrupto, pôde-se constatar que os trabalhadores da região estavam expostos continuamente aos efeitos nocivos dos agrotóxicos. O regime anual de uso de agrotóxicos apresenta uma variabilidade que acompanha diretamente a sazonalidade da produção: observa-se maior aporte dessas substâncias nas lavouras de verão, em especial a do

tomate, com um consumo total de aproximadamente 5,7 t/safra (ou gasto de R\$ 208.650,00 – Peres, 1999). As lavouras de inverno, com destaque para a cultura da couve-flor, consomem aproximadamente 2,5 t/safra (ou gasto de R\$ 90.000,00 – Peres, 1999).

Um número representativo de casos (suspeitos e confirmados) de intoxicação por agrotóxicos vinha sendo observado na região desde o início da década de 90, inclusive com o registro de alguns óbitos. Tal fato motivou a associação de produtores local a procurar o auxílio do Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana da Fundação Oswaldo Cruz (Cesteh/Fiocruz). Os contatos que daí se seguiram resultaram na construção de um programa de pesquisa integrado (Cesteh, 1997), com participação de várias instituições federais, estaduais e municipais.

Este programa buscou compreender o processo de trabalho e o regime de uso de agrotóxicos, bem como suas implicações sobre a saúde humana e ambiental naquela região. Em sua etapa diagnóstica, um dos fatores identificados como de alta relevância para o entendimento dos problemas observados naquela localidade, foi a comunicação rural. Para avaliar a significância desta contribuição, foi realizada uma extensiva análise da comunicação rural sobre os agrotóxicos (Peres, 1999).

Neste artigo, relatam-se, de maneira sucinta, alguns resultados obtidos nessa análise, discutindo-se os principais desafios dessa comunicação como determinantes das condições de saúde e segurança dos trabalhadores rurais daquela região, sobretudo no que diz respeito ao histórico de utilização de agrotóxicos no local, às práticas exploratórias da comunicação e ao teor técnico da comunicação sobre tais substâncias.

HISTÓRICO DE UTILIZAÇÃO DE AGROTÓXICOS

O histórico da utilização de agrotóxicos na região da microbacia do Córrego do São Lourenço tem origem, basicamente, na década de 60, quando, no país, via-se um progressivo processo de automação das lavouras, com o implemento de maquinário e utilização de produtos agroquímicos no processo de produção. Estimuladas por benefícios de políticas de importação, as grandes indústrias químicas multinacionais começam a visualizar o Brasil como um novo e crescente mercado para os seus produtos (La Dou, 1994). No final dos anos 60, observou-se a comercialização dos primeiros

produtos agrotóxicos em larga escala, com disponibilidade de estoque e consumo. Na segunda metade da década seguinte, há um massivo aporte de tais produtos, devido à implantação de algumas destas indústrias no parque industrial Sul-Sudeste brasileiro.

De acordo com relatos de produtores da região, ao longo do referido período, o que se observou na região foi a forte pressão do mercado para a compra desses produtos – materializada no trabalho de agrônomos ligados às casas comerciais – acompanhada de uma tendência, por parte dos técnicos, de negligenciar o fornecimento de informações que levassem em conta os interesses e os conhecimentos prévios da população. Constatava-se também a carência de serviços de extensão rural do poder público.

O início do uso dos produtos agrotóxicos na região se deu sob o discurso de que estes seriam uma espécie de ‘tábua de salvação’ para o controle da ‘infestação de insetos e pragas’, que potencialmente poderiam destruir todas as lavouras. Ao longo dos anos que se seguiram, pôde-se observar, na região, uma mudança de conduta destes vendedores/técnicos com relação à orientação dada na ocasião da venda de seus produtos. Agora não mais se vivia o ‘terror das pragas iminentes’, mas sim o fato (construído por estes técnicos) de que a não utilização de agrotóxicos resultaria na perda completa da lavoura, ‘verdade’ esta que acabou por determinar uma percepção coletiva – na região – de que ‘se não usar veneno (agrotóxico), não colhe’, fato este referido pela totalidade dos agricultores entrevistados.

Associado a esta mudança de conduta, está o fato de que as informações sobre saúde e segurança, relacionadas com as práticas de uso de agrotóxicos, desaparecem das orientações prestadas pelos técnicos, conforme relato de alguns trabalhadores entrevistados:

Na ocasião que eles vendia, eles já falava pra tê cuidado com isso, que isso é perigoso, na hora de apricá, e a pessoa, é... orientava o povo, né? Na hora que foi começando, né, a sair os produto, né, depois pro fim, que pegou a aumentagem, né, pro fim [era] só vender mesmo, eles [já] não orienta mais nada. (agricultor, 49 anos)

Neill (1989), em estudo sobre o histórico social das informações relativas à prescrição de psicotrópicos nos Estados Unidos, apresenta constatação semelhante à supracitada, e pode permitir um paralelo com a questão anteriormente descrita. Inicialmente, as bulas e propagandas desses medicamentos, de ação sobre o sistema nervoso central, recomendavam o seu

uso como coadjuvantes no tratamento de pacientes com distúrbios psiquiátricos. Com o passar dos anos, e com o aumento do mercado consumidor desses produtos, a propaganda sobre esses medicamentos passa a referi-los como sendo o tratamento por si só caracterizado como ‘tratamento químico’ para os distúrbios psiquiátricos elevado ao *status* de ‘ciência’. Assim, desaparecem as alternativas a este tipo de tratamento, bem como a indicação de tratamentos auxiliares, nas bulas e propagandas destes medicamentos, fato que também é observado no comércio de agrotóxicos, onde é colocado que não existem alternativas ao uso destes produtos na lavoura, afirmação determinista controlada pela indústria química através dos seus diversos meios de comunicação.

AS PRÁTICAS DE LEGITIMAÇÃO DA VENDA/USO DE AGROTÓXICOS

O discurso e as práticas vigentes no campo, de um modo generalizado, vêm justificando o uso de agrotóxicos pela necessidade de uma ‘agricultura produtiva’, única solução para resolver o problema da fome mundial, uma vez que a população vem crescendo rápida e exponencialmente e que as terras disponíveis para a agricultura estão diminuindo drasticamente. Este é o discurso comum de agrônomos e outros profissionais ligados às casas comerciais, e mesmo de alguns ligados ao poder público, e tem uma origem muito clara: o interesse das grandes indústrias químicas, fabricantes de agrotóxicos, que encontram em associações e entidades ligadas ao comércio um respaldo legítimo para a disseminação de tal idéia:

Digo isso sem medo de errar, porque é muito simples, é matemático: você tem uma população hoje de mais de 5 bilhões de pessoas, e você tem uma pequena parte dessa população para produzir alimento para a grande parte da população que está nas cidades. Então é... é numericamente impossível você conseguir isso [sem agrotóxicos] (engenheiro agrônomo ligado a uma casa comercial)

A Associação Nacional de Defesa Vegetal (Andef), órgão que reúne os fabricantes de agrotóxicos no Brasil, apresenta em sua página da Internet um texto explicativo sobre o porquê necessitamos de agrotóxicos, em que aborda a questão da seguinte forma:

A demanda de crescimento da população mundial por alimentos e fibras requer uma agricultura que produza grande quantidade por área

cultivada. Alimentar as populações futuras da mesma forma como é realizado hoje em dia não é viável: isto requereria um drástico aumento da área cultivada e a redução de florestas naturais. Em muitas partes do mundo não há mais terras aráveis disponíveis. Em outras, uma expansão da área plantada seria ambientalmente e socialmente inaceitável. O aumento da produção a partir da atual área plantada requer o uso de boas práticas agrícolas para combater as perdas causadas nas colheitas.

O desafio está em conseguir isto sem afetar o meio ambiente e os recursos naturais para as gerações futuras de consumidores e agricultores. O uso de produtos fitossanitários e da biotecnologia é um importante princípio sobre os quais a proteção de plantas sustentável pode ser baseada. (Andef, 1999)

A coincidência desses argumentos fica mais evidente quando se tem acesso à página da Internet de uma das maiores indústrias químicas do mundo, e uma das principais produtoras de agrotóxicos, com filiais no Brasil, a alemã Bayer S.A.

A quantidade de terras aráveis é limitada mundialmente, e a população cresce incessantemente. Como resultado, uma agricultura intensiva, ambientalmente adequada, é necessária para garantir o direito básico de todas as pessoas terem alimento suficiente. (Bayer, 1999a)

Nossa responsabilidade para com as gerações futuras significa que nós devemos praticar uma agricultura sustentável, garantir que as lavouras serão protegidas e explorar as terras disponíveis à agricultura de modo intensivo. Este é o único meio de garantir que as necessidades de alimento da população, a qual ainda está em crescimento, continuem existentes no próximo milênio – de acordo com as estimativas atuais, a qual está abaixo de 6 bilhões de pessoas, haverá um crescimento de 80 milhões de pessoas ao ano, até o ano de 2020, levando a população mundial para mais de 8 bilhões. Uma agricultura de forma sustentável, propriamente praticada, a qual atinja produtividade máxima, porém com mínimos efeitos adversos para o nosso ambiente, é essencial para prover alimento suficiente para atender às demandas mundiais. (Bayer, 1999b)

Esta ‘coincidência’ torna clara a origem da similaridade de argumentos tanto dos profissionais de campo quanto da associação que congrega os fabricantes de agrotóxicos no Brasil e, naturalmente, de uma grande parte dos profissionais que saem das universidades para o enfrentamento da rea-

lidade de trabalho. Os defensores deste discurso desconsideram as técnicas alternativas ao uso de agrotóxicos por acreditarem no modelo agrícola da monocultura exportadora, sustentado pelo uso extensivo de agrotóxicos e outros insumos químicos.

O TEOR TÉCNICO DA COMUNICAÇÃO SOBRE OS AGROTÓXICOS

Para melhor visualizar o processo de comunicação rural sobre agrotóxicos na região estudada, optou-se pela realização de um estudo de recepção das informações oferecidas aos trabalhadores rurais sobre estes produtos. Foram selecionados rótulos e bulas de embalagens de alguns produtos agrotóxicos mais utilizados na região, além de material informativo sobre eles.

É bastante comum os rótulos de embalagens de produtos agrotóxicos apresentarem em sua borda inferior uma série de pictogramas, teoricamente direcionados à facilitação das ‘instruções’ de uso de tais produtos, em especial para aqueles trabalhadores que não possuem leitura (analfabetos ou semi-alfabetizados). Entretanto, a análise dos dados do estudo de recepção das informações sobre agrotóxicos aponta para uma não compreensão de tais informações, ou ainda para uma compreensão que, distorcida, resvala na direção oposta ao do objetivo do idealizador de tal produto – ‘ensinar’ o melhor uso de tais produtos.

Pictograma 1



Significado de acordo com o fabricante: “Mantenha trancado e fora do alcance de crianças”.

Significado de acordo com os produtores rurais: “Usando [o produto] sem proteção” (agricultor, 38 anos); “Manter o remédio [agrotóxico] fechado” (agricultor, 40 anos); “Pesando o produto” (agricultor, 59 anos); “Não usar o produto por cima da cabeça” (agricultor, 44 anos).

Pictograma 2

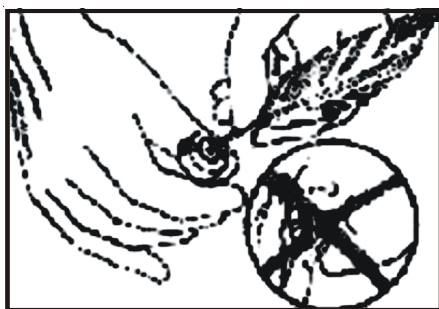


Significado de acordo com o fabricante: “Lave-se após o uso”.

Significado de acordo com os produtores rurais: “Misturando o remédio [agrotóxico]” (agricultor, 59 anos).

Assim como os medicamentos, os agrotóxicos devem conter bulas, nas quais constam informações sobre a proteção necessária para o manuseio seguro desses produtos e sobre os possíveis efeitos nocivos à saúde. Estas bulas são também ilustradas para que os trabalhadores que não dispõem de habilidade de leitura/escrita façam uso daquelas informações ali presentes. Ao serem questionados sobre o entendimento de tais figuras, os trabalhadores rurais as interpretaram de forma bastante variada e pouco coincidente com o objetivo desejado. Alguns exemplos são dados a seguir:

1ª Figura da bula



Texto que consta da bula do produto: “Não desentupa os bicos do pulverizador com a boca e use luvas. Use uma pena ou uma agulha de plástico ou madeira”.

Significado de acordo com os produtores rurais: “Tá com uma muda de planta” (agricultor, 38 anos); “Mexendo um copo com uma pena” (agricultor, 37 anos); “Tá vendo fungo na planta [tá com ela na mão] (agricultor, 44 anos); “Tá furando a tampa com uma pena, isso tá errado” (agricultor, 35 anos); “Aplicar o produto no mato” (agricultor, 37 anos); “É a planta” (agricultor, 35 anos).

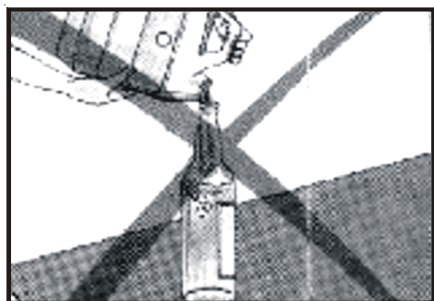
2ª Figura da bula



Texto que consta da bula do produto:
“Não coma, não beba e não fume durante as aplicações”.

Significado de acordo com os produtores rurais: “Um tá fumando, o outro bebendo com a mão suja de veneno” (agricultor, 38 anos); “Tomando café e fumando pra completar a intoxicação” (agricultor, 37 anos); “Um comendo, outro fumando, outro bebendo, isso não pode” (agricultor, 42 anos); “Fumar de luva” (agricultor, 40 anos).

3ª Figura da bula



Texto que consta da bula do produto:
“Nunca transfira o produto de sua embalagem original para outra. Uma pessoa inadvertida pode confundir com uma bebida”.

Significado de acordo com os produtores rurais: “Despejando na garrafa, peraí, isso não pode, né?” (agricultor, 38 anos); “Trocando o líquido de uma garrafa para outra (agricultor, 59 anos); “Tá medindo a quantia num litro” (agricultor, 44 anos).

Nos três casos apresentados, além da informação visual não ter sido corretamente entendida pelos trabalhadores, nenhum foi capaz de identificar o “X” estilizado, indicando a negativa das ações ali representadas, fato este que levou os trabalhadores a dar uma conotação oposta àquela que se pretendia.

3ª Figura da bula



Texto que consta da bula do produto:
“Consulte o técnico e siga sempre as instruções do rótulo. Respeite os intervalos de carência”.

Significado de acordo com os produtores rurais: “Tão com o litro (embalagem) na mão e nada protegendo” (agricultor, 38 anos); “Duas pessoas sem proteção com o vidro na mão” (agricultor, 42 anos); “Pegar o litro com luva” (agricultor, 40 anos); “Um tá indicando o produto ao outro” (agricultor, 35 anos).

4ª Figura da bula



Texto que consta da bula do produto:
“Lave e inspecione sempre os equipamentos no fim de cada dia de trabalho”.

Significado de acordo com os produtores rurais: “Preparando o remédio na máquina” (agricultor, 44 anos); “Enchendo o pulverizador” (agricultor, 37 anos); “Reabastecendo ou lavando o costal” (agricultor, 35 anos); “Botando o remédio e entornando nas costas” (agricultor, 42 anos); “Tá com a marmita nas mãos” (agricultor, 59 anos).

De todos os trabalhadores entrevistados, apenas quatro identificaram na gravura um homem lavando o equipamento, sendo que dois destes apontaram aquela como sendo a maneira correta, observando ainda que o homem usava equipamento completo durante esta atividade.

Para estimularem as vendas dos agrotóxicos, as indústrias fabricantes costumam realizar eventos de apresentação de novos produtos, onde é comum ser distribuído material de propaganda sobre o novo produto e outros da empresa. Um desses materiais de propaganda é o *folder* (panfleto) de apresentação, material de apelo altamente visual, no qual são apresentadas as características de determinado produto, além das vantagens do seu uso.

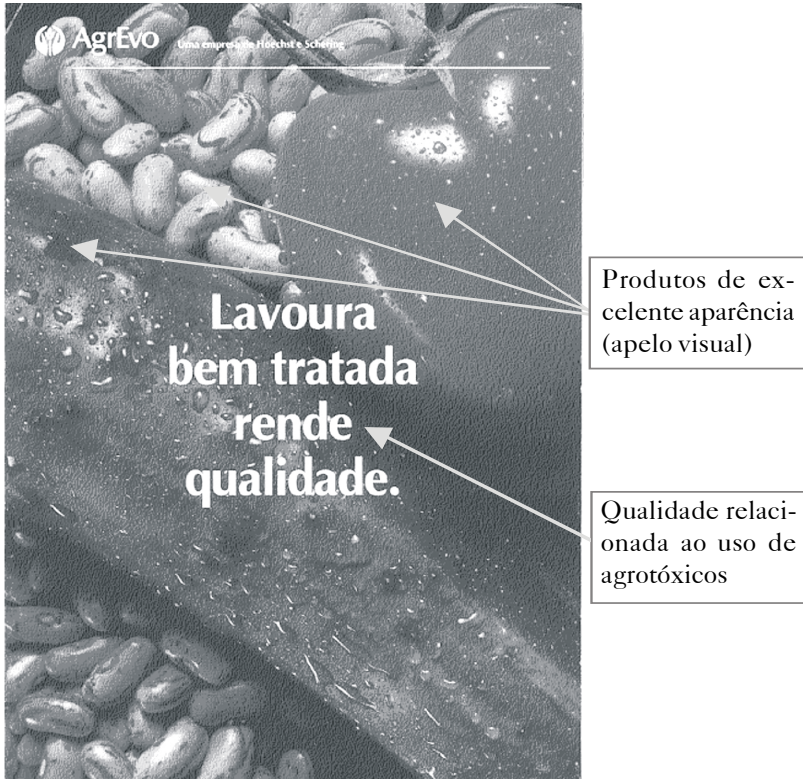
Após os eventos de lançamentos, tais *folders* são encontrados no comércio distribuidor, onde o vendedor utiliza as informações ali contidas para justificar a ‘necessidade’ da compra do produto em questão. O *folder* geralmente é constituído de apresentação gráfica elaborada, na qual pode ser encontrada uma série de ícones cientificistas, como gráficos, tabelas, nomenclatura científica etc. Aparentemente, a presença destes ‘ícones’ é justificada como uma forma de legitimar o uso daqueles agrotóxicos; a ‘ciência’, que nos apresenta provas irrefutáveis da eficácia de determinadas tecnologias, ali confere um caráter de ‘respeito’ àqueles produtos, que passam, então, a ter o aval desta ‘ciência’ *ad hoc*, tornando mais fácil o trabalho do comerciante em criar uma ‘necessidade’ de uso dos referidos produtos.

Tal fato pode ser observado, hoje em dia, em estratégias de venda/comerciais de uma vasta gama de produtos: o sabão em pó que lava mais branco passa por um teste realizado em laboratório, com uma série de ‘cientistas-de-jaleco’ conduzindo os testes e apresentando o resultado ‘incontestável’ da eficiência do produto; o desinfetante que remove os germes tem sua eficácia apresentada nas lentes de um microscópio, onde uma amostra de piso/azulejo sem o desinfetante é posta em comparação com a amostra contendo o produto, que sempre aparece estéril, um milagre; o aparelho de abdominal (para ginástica localizada) que apresenta resultados visíveis em semanas, resultados estes apresentados na forma de gráfico de barras, que faz a comparação com ginástica de academias, regimes e outros aparelhos, geralmente, os principais concorrentes de mercado.

A ciência ganhou, na mídia e na sociedade em geral, um *status* de conferir verdade e credibilidade a produtos diversos. Usada com interesses comerciais, como é o caso do *folder* de apresentação e dos comerciais anteriormente descritos, a ciência passa a se caracterizar como manipuladora da realidade, capaz de construir uma série de ‘necessidades’ que só têm um único fundamento: a razão mercadológica e a produção de capital para a indústria/anunciante.

Aqui serão apresentados alguns resultados de um estudo de recepção das informações de um *folder* de apresentação de um fungicida, o Derosal®. Tal estudo deu-se nas seguintes bases: mostrava-se o *folder* para o trabalhador página a página, pedindo que ele identificasse o que estava vendo (dava-se um tempo para isso). Quando o trabalhador lia e observava, emitia sua opinião sobre aquilo que era visto.

1ª página do *folder*



Significado de acordo com os produtores rurais: “Feijão, tomate, pepino, óia a qualidade dos produto” (agricultor, 38 anos); “Bonita, tem tomate, pepino, aqui faz a propaganda que a gente tem que usar pra ficar assim” (agricultor, 27 anos); “Feijão, tomate e pepino” (agricultor, 37 anos); “Propaganda de um produto, mostra os produto bonito” (agricultor, 39 anos); “Embalagem bonita, os lojista faz isso pra poder vender, lavoura bem tratada é sinal de que usou agrotóxico” (agricultor, 42 anos).

O *folder* tem uma apresentação visual rica, associando-se os produtos de excelente qualidade ao uso do agrotóxico em questão (lavoura tratada rende qualidade).

Como foi possível perceber, o produtor identifica logo o produto e a sua ‘qualidade’ (aparência). A experiência no campo faz com que os trabalhadores reconheçam as dificuldades da obtenção de um produto com tal qualidade, por isso estranham aquela apresentação e logo relacionam com o

De todos produtores entrevistados, nenhum conseguiu identificar o que eram as informações representadas nos gráficos (sendo que apenas dois identificaram tais figuras como gráficos). A maioria dos produtores apontava para as fotos das pragas/lavouras, desconsiderando todo o resto da página. Dois produtores reconheceram nos gráficos uma estratégia (didática/de informação) utilizada nas palestras promovidas por empresas fabricantes, ou comerciantes, de agrotóxicos: “Isso aqui eles bota assim a mesma expressão que o agrônomo faz. Eles bota o produto em comparação, assim com os outros. Eles que estão fazendo a palestra bota que o produto deles é melhor” (agricultor, 35 anos).

Outro produtor fez uma associação entre as estratégias de venda usadas pelos agrônomos em palestras, os gráficos representados no *folder* e a eficácia dos produtos, que, em ambos os casos, estão sendo apresentados: “O que que é essa faixa (os gráficos) aqui? Isso é igual nas palestras, cada empresa quer mostrar que o seu produto é o melhor. Como nas outras palestras a gente vê esse mesmo produto sendo pior, a gente chega a conclusão que todos são ruins” (agricultor, 38 anos).

Podemos observar que, embora não identifiquem o conteúdo do que está sendo apresentado em forma de gráficos, os produtores relacionam este ícone cientificista aos vendedores de produtos agrotóxicos, o que revela a estratégia de indústrias e casas comerciais em legitimar o uso de tais substâncias por meio do uso de uma roupagem pseudo-científica, garantindo, assim, a credibilidade do produto e criando a ‘necessidade’, ‘cientificamente’ provada do seu uso.

Um outro ponto observado foi o teor altamente técnico de alguns dizeres importantes presentes nas bulas e rótulos de embalagens. Algumas dessas frases foram destacadas e submetidas ao entendimento dos trabalhadores. Como exemplo, a frase descrita a seguir, retirada do rótulo do herbicida Gramoxone®, o produto mais utilizado na região – e um dos mais utilizados em toda a área rural do país: “Esta formulação contém um agente emético, portanto não controle vômito em pacientes recém intoxicados por via oral, até que pela ação do esvaziamento gástrico do herbicida, o líquido estomacal venha a ser claro”.

O Gramoxone® apresenta uma coloração amarronzada, parecida com a coloração dos refrigerantes do tipo ‘cola’. Esta característica peculiar faz com que, uma vez removido do seu frasco original, este agrotóxico possa

ser confundido com o refrigerante e ingerido, sobretudo por crianças (ele é o produto com maior índice de envenenamento por via oral). Dessa maneira, é imprescindível que o rótulo desse produto apresente informações claras sobre os procedimentos a serem adotados, quando de uma eventual contaminação por via oral. A linguagem deve ser inteligível também por pessoas com nível educacional encontrado nas populações rurais. Neste ponto, é importante ressaltar que nem sempre o auxílio médico está disponível nestas localidades, ficando, muitas vezes, os primeiros socorros a serem prestados por pessoas da própria comunidade.

Aproximadamente 40% dos produtores entrevistados entendeu que não se deveria deixar a pessoa intoxicada vomitar para que o veneno saísse do organismo – no caso, a dupla negativa ‘não controle’ era identificada como ‘não provoque’, dando um sentido oposto ao pretendido –, 40% não fazia a menor idéia do que tal frase informava e 20% interpretou que era um veneno ‘brabo’, e que se a pessoa bebesse, ela ia morrer. Diante do real significado da frase, apresentado pelo entrevistador por solicitação de um trabalhador, este sugeriu: “Em vez disso aí, o sujeito não podia escrever ‘se o caboclo beber o veneno, deixe ele vomitar até as tripa’!?” (agricultor, 35 anos).

Isto posto, surgem alguns questionamentos de imediato: a quem essas informações se destinam? Será que, realmente, essas informações são construídas de tal maneira para que não sejam entendidas, como observou um trabalhador, e assim a venda do produto seja efetuada? Pois, segundo esse trabalhador, se ele entendesse não compraria.

A grande questão é que o interesse comercial, que permeia todo este processo de comunicação, acaba por distorcer o objetivo primeiro de informar; ser claro e objetivo pode significar um boicote ao produto que se anuncia e, por isso, torna-se impossível ser claro e objetivo. É muito comum, em rótulos de embalagens, material informativo e didático destinados às áreas rurais, e no discurso de uma série de profissionais ligados ao comércio/indústria ou ao poder público, a prática de ‘culpar’ o agricultor pelo uso incorreto, e conseqüente exposição aos produtos agrotóxicos. Não se trata de culpa, propriamente dita, mas da delegação total de responsabilidades ao trabalhador, vítima deste processo; a indústria exime-se, assim, da responsabilidade sobre uma prática de venda agressiva, delegando a possibilidade do acidente ao ‘ato

inseguro' do trabalhador, que foi praticamente obrigado a adotar o uso deste produto, não recebeu treinamento/informação adequada sobre o manejo e agora é culpado no caso de um eventual acidente.

As instruções de uso e procedimentos de segurança estão sempre em linguagem impositiva: 'faça', 'não faça', 'haja assim', 'não haja assado'. A estas ordens é adicionada e delegada uma série de responsabilidades, tais como: 'evite a contaminação ambiental, preserve a natureza'; 'é obrigatório o uso de equipamento de segurança, proteja-se'; 'não contamine lagos, fontes, rios e demais coleções de água'.

Tal responsabilidade delegada aos trabalhadores costuma ser reforçada em palestras, cursos e eventos de comunicação, por parte de profissionais das mais diversas áreas: médicos, técnicos de pesquisa, agrônomos do poder público, agrônomos e outros técnicos ligados ao comércio/indústria etc.: "Então, é preciso que vocês passem a ler o rótulo do produto direitinho" (engenheiro agrônomo do Poder Público). Como é possível a leitura obrigatória – que eles "passem a ler direitinho" – com os altos índices de analfabetismo encontrados nas áreas rurais?

"É preciso que cada um de vocês, que trabalham com a agricultura, passe a observar, é... passe a observar o problema do tempo, da chuva, qual a influência" (engenheiro agrônomo do Poder Público). Será que o trabalhador já não observa a natureza na prática de suas atividades de trabalho?

A maioria dos trabalhadores não acreditam no risco. Tem o aplicador, o preparador da calda, que normalmente é o dono da terra. Ele aplica com o produto concentrado, é o primeiro aplicar. Então, ele acha que não tá se contaminando, mas muitas vezes ele se contaminou mais do que o que aplicou. Mas não adianta, eles não acreditam". (engenheiro agrônomo ligado a uma casa comercial)

O lado mais perverso desta prática de culpabilização, tanto no material informativo quanto nas falas dos profissionais, é a formação de uma auto-imagem por parte dos trabalhadores rurais: "O problema é que o produtor não faz a leitura dos rótulo" (agricultor, 37 anos); "A gente tá por fora de tudo. A gente que vive aqui não sabe de nada" (agricultora, 44 anos); "O maior problema aqui é o descuido do trabaiaidô. O rótulo tem os ensinamento, mas o produtor descuida da saúde dele" (agricultor, 44 anos).

O agricultor ele é um pouco meio teimoso. Muitos não acredita, a gente chegava as vezes pra... certos agricultor e falava 'óia rapaz, vamos fazer uma coisa,

trabalhá com precarização, porque o negócio, os ôme tã ai avisando que é perigoso e coisa', mas tinha muitos agricultor que não acreditava, que não aceitava, né?. (agricultor, 68 anos)

O problema dos agrotóxicos passa a ser, então, o próprio trabalhador. A indústria delega o problema ao trabalhador, que por sua vez, é levado a crer nesta mentira, e agrava a situação assumindo que 'ele mesmo' é o problema. Tal situação, extremamente confortável para a indústria/comércio, é brutalmente prejudicial para o trabalhador, pois mesmo com esta percepção – errônea – de que ele é o problema, ou mesmo de que a responsabilidade é sua, o quadro de intoxicações por agrotóxicos não diminui e, pior, cresce a cada ano, concomitantemente ao número de novos produtos que entra no mercado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não se pode delimitar as barreiras de comunicação observadas na relação técnico-agricultor somente no nível da linguagem; a linguagem não é desarticulada do pensamento, das crenças, da moral e dos costumes dos interlocutores. O indivíduo comunica-se como um todo, ele é o seu principal meio de comunicação. Segundo Marcos (1996: 149): “A comunicabilidade dos discursos não deve ser procurada no diálogo entre consciências, mas em condições interpessoais de comunicação”. Ou seja, as condições interpessoais definem a comunicação.

Assim, a comunicação entre um técnico e um agricultor é influenciada, podemos até dizer determinada, pelo pensamento, pelas crenças, pela moral e pelos costumes de um e de outro. Um técnico, por exemplo, ao comunicar os riscos envolvidos com a prática de uso dos produtos agrotóxicos, não poderá estar isento de suas crenças particulares, inclusive da importância dada ao fato de estar ali, comunicando-se com tal trabalhador. O trabalhador que recebe tal informação, durante este processo de comunicação, não a desvincula do técnico que, ali presente, a está comunicando. Suas atuações anteriores, bem como a eficiência/importância das informações por este outrora comunicadas, estarão determinando a aceitação, a legitimação e a apropriação das informações pelo trabalhador.

A comunicação e os benefícios óbvios que as informações divulgadas no ato comunicativo trazem àquele trabalhador são determinados pelas con-

dições interpessoais dos representantes destes dois grupos sociais, ali interlocutores de um processo de comunicação sobre agrotóxicos. Assim, é dependente da interação daqueles que se comunicam, o que, de acordo com Marcos (1996: 150), significa que: “A interação entre locutores implica em que cada enunciação convirja, pelo menos, em uma outra enunciação. O circuito de comunicação é duplo, no próprio e com o outro, de modo que a escuta e a resposta sejam igualmente duplas, e a aliança relacional funcione”.

Como pôde ser observado ao longo do presente estudo, os problemas de comunicação relatados são bastante preocupantes uma vez que estão associados a substâncias químicas, algumas das quais altamente tóxicas tanto ao homem quanto ao ambiente. A maioria das informações disponíveis sobre estas substâncias é ininteligível para trabalhadores rurais, o que aumenta o risco associado ao seu uso. É, portanto, imprescindível que este problema seja alvo de um olhar cuidadoso e de políticas e estratégias que privilegiem uma comunicação de risco baseada nas crenças e percepções desta audiência, processo este que deve ser construído em termos comuns aos diversos grupos envolvidos.

A comunicação sobre agrotóxicos é, como foi possível observar ao longo do presente estudo, inteiramente dependente de uma série de interesses que vêm a constituir e criar uma ‘necessidade’ que legitima o uso destes produtos. Ou seja, a comunicação dá o viés pelo qual os grupos de interesse manipulam as informações e mantêm esta ‘necessidade’, o que vem a favorecer estritamente ao capitalismo industrial. Em decorrência, milhares de trabalhadores rurais continuam a morrer, ano a ano.

Não foi objetivo deste estudo auferir às práticas de uso de agrotóxicos uma condição de segurança que venha legitimar a sua manutenção como um processo de trabalho. O problema de alimentação está longe de ser resolvido pelo simples aumento da produtividade agrícola, mesmo porque o modelo de produção hoje adotado é capaz de suprir, com sobras, a demanda ora existente.

Outras técnicas de controle de pragas alternativas aos agrotóxicos são, hoje, uma realidade, tanto em termos da produtividade quanto em relação aos custos, além de apresentarem um potencial de contaminação humana ou ambiental muito menor ou mesmo desprezível. O controle dos problemas relacionados ao uso indiscriminado e descuidado dos agrotóxicos, já identificados e bem conhecidos, somente poderá ser feito com a adoção de

práticas alternativas ou, quando estritamente necessário, com o uso seguro e cuidadoso dessas substâncias. Para tal, governo e sociedade organizada, grupos de interesse e organizações não-governamentais devem estar unidos dentro de um objetivo maior que o lucro: a garantia da qualidade de vida do trabalhador rural, do ambiente e da população consumidora, dos produtos provenientes da lavoura.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAÚJO, I. S. & JORDÃO, E. Velhos dilemas, novos enfoques: uma contribuição para o debate sobre os estudos de recepção. In: PITTA, A. M. R. (Org.) *Saúde e Comunicação: visibilidades e silêncios*. São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec/Abrasco, 1995.
- ANDEF (Associação Nacional de Defesa Vegetal). *Por que precisamos dos produtos fitossanitários?*, 1999. Disponível em: <http://www.andef.com.br/agritex2.htm>.
- BAYER. *Agriculture*. Bayer S/A., 1999a. Disponível em: http://www.bayer.com/bayer/bayer/ueberblick/arbeitsgebiete/landwirtschaft_e.htm.
- BAYER. *Why crop protection will continue to be needed in future*. Bayer S/A, 1999b. Disponível em: <http://www.bayer-agro.com/200/screen.htm>.
- BORDENAVE, J. D. *O Que é Comunicação Rural?* São Paulo: Brasiliense, 1988.
- CESTEH (Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana). *O Destino dos Agrotóxicos na Microbacia do Córrego do São Lourenço, Nova Friburgo/RJ*. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 1997. (Programa de Apoio à Pesquisa Estratégica em Saúde – Papes).
- LA DOU, J. The export of environmental responsibility. *Archives of Environmental Health*, 49(1): 6-8, 1994.
- MARCOS, M. L. Comunicação vs Informação: comunicação e comunicabilidade. In: FAUSTO-NETO, A. & PINTO, M. J. (Orgs.) *O Indivíduo e as Mídias*. Rio de Janeiro: Diadorim Editora, 1996.
- NEILL, J. R. A social history of psychotropic drug advertisements. *Social Sciences in Medicine*, 28(4): 333-338, 1989.
- PERES, F. *É Veneno ou é Remédio? Os desafios da comunicação rural sobre agrotóxicos*, 1999. Dissertação de mestrado, Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz.
- SANTOS, M. *A Urbanização Brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1994.
- UGALDE, A. Ideological dimensions of community participation in Latin America health programs. *Sociological Sciences in Medicine*, 21(1): 41-53, 1985.